



Educação Intercultural e Integração Social: Uma Proposta Pedagógica para a Docência no Sistema de Ensino da Cidade de Parnamirim/PE

Emanoel Jackson Lisboa¹; Miguel Melo Ifadireó²; José Antônio de Albuquerque Filho³; Maria do Socorro Cordeiro de Sousa⁴

Resumo: O presente trabalho visa aprofundar as hodiernas discussões no ensino em torno dos currículos e práticas pedagógicas interculturais como mecanismo de inclusão de parcelas significativas de sujeitos em processos de ensino/ aprendizagem. Assim, observa-se que é demasiadamente importante debater a perspectiva de uma educação que vislumbre o Outro como ponto de partida, de encontro e de solidificação de suas habilidades e competências. O estudo teve como objetivo central analisar as posturas e os entendimentos dos professores que são parte do Sistema de Ensino Público da cidade de Parnamirim/PE. O referencial teórico, parte dos trabalhos oriundos de Luíza Alonso (2002), Ricardo Vieira (1996) e Tereza Sales (1994), respectivamente. A metodologia utilizada na pesquisa apresenta o caráter qualitativo de cunho bibliográfico, com observação participante e entrevistas estruturadas que foram aplicadas na Escola Municipal Centro Educacional Parnamirim Centenário, que atende crianças no ciclo de alfabetização, entre 6 e 8 anos de idade. O método de procedimento e coleta de dados se deu por meio de reuniões presenciais e aplicação de questionário no mês de setembro de 2018. Os achados nos permitiram perceber que a educação intercultural é muito mais do que um simples conceito; ela é um instrumento complementar e funcional para o sistema educacional, uma vez que permite ao educador encontrar e promover as habilidades e competências de seu corpo discente. Finalmente, conclui-se que é emergente a necessidade de adaptação curricular para o atendimento a Lei 11.645/2008, a qual apresenta-se como um possível mecanismo de combate ao preconceito e à discriminação de caráter étnico e racial a partir da escola.

Palavras-chaves: Aprimoramento curricular. Educação para a Diversidade. Educação para Libertação. Inclusão social. Entendimento das interculturalidades na escola.

Intercultural Education and Social Integration: A Pedagogical Proposal for Teaching in the Education System of the City of Parnamirim/PE

Abstract: The present work aims to deepen the current discussions in teaching around the curriculum and intercultural pedagogical practices as a mechanism to include significant portions of subjects in teaching/ learning processes. Thus, it is observed that it is too important to discuss the perspective of an education that envisions the Other as a starting point, meeting and solidification of their abilities and competences. The main objective of the study was to analyze the postures and understandings of the teachers who are part of the Public Education System of the city of Parnamirim / PE. The theoretical reference, part of the work from Luíza Alonso (2002), Ricardo

¹ Pós-graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN). Graduação-Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). Coordenador-pedagógico e Professor do Sistema de Ensino da Cidade de Parnamirim/ PE. Correio Eletrônico: emanoelcultura@gmail.com

² Doutor em Sociologia (UFPE). Professor do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Professor Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Professor-colaborador do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). Pesquisador-líder do Laboratório Interdisciplinar em Estudos da Violência no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (LIEV-UNILEÃO). Correio Eletrônico: crioulo.miguelangelo.melo@gmail.com

³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor temporário do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). Pesquisador-colaborador do Laboratório Interdisciplinar em Estudos da Violência no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (LIEV-UNILEÃO). Correio Eletrônico: albuquerque_filho@hotmail.com

⁴ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (UERN). Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN). Professora temporária do curso de Pedagogia e Letras da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). Correio Eletrônico: corrinhaordeiro@gmail.com

Vieira (1996) and Tereza Sales (1994), respectively. The methodology used in the research presents the qualitative character of a bibliographical record, with participant observation and structured interviews that were applied in the Municipal School Centro Educacional Parnamirim Centenário, which attends children in the literacy cycle, between 6 and 8 years of age. The method of procedure and data collection took place through face-to-face meetings and questionnaire application in the month of September 2018. The findings allowed us to realize that intercultural education is much more than a simple concept; it is a complementary and functional tool for the educational system as it allows the educator to find and promote the skills and competencies of his or her student body. Finally, it is concluded that the need for curricular adaptation to comply with Law 11.645/2008 is emerging, which presents itself as a possible mechanism to combat prejudice and discrimination of ethnic and racial character from school.

Keywords: Curricular improvement. Education for Diversity. Education for Liberation. Social inclusion. Understanding of interculturalities in school.

Considerações Iniciais

A Lei 11.645/2008, apresentada no corpo do resumo da presente pesquisa, diz respeito à obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares (BRASIL, 2008), uma vez que esta vem a complementar a Lei anterior de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996. Importante destacar, por um lado, a tematização da presente obrigatoriedade do estudo da temática nas escolas públicas e privadas no âmbito do ensino fundamental e médio; por outro lado, cabe-se destacar que os conteúdos de aprendizagem podem e devem ser trabalhados sobre o foco da interculturalidade, uma vez que esta perspectiva permitiria a majoração de uma diversidade de assuntos, bem como a incrementação de novos componentes curriculares, importantes para o desenvolvimento de diferentes temas no currículo escolar.

Com o intuito de estar à frente dos demais estados, Pernambuco fez alteração dos seus currículos, por meio da BCC – Base Comum Curricular, instituída no ano de 2009, como documento base e norteador do processo de ensino, em todos os 184 municípios do estado, incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha. (SEDUC-PE, 2018). O que se pode perceber é que a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena e afro-brasileira vem não apenas ganhando visibilidade e conquistando espaços, bem como vem promovendo a adaptação curricular, mesmo que não tenha surtido na prática o efeito desejado desde sua publicação.

De todo modo, a partir de nossa observação participante no lócus pesquisado, ressalta-se que esta me habilita a ressaltar que é emergente a necessidade de formação direcionada de grande parte dos professores do Sistema de Ensino de Parnamirim, uma vez que estes precisam de melhorias e atualizações em suas metodologias e produções didáticas de ensino, bem como

nos seus currículos para que possam assim, atender as exigências da hodierna sociedade e educação globalizada.

Desta forma, observa-se que é demasiadamente importante debater a perspectiva de uma educação que vislumbre o Outro como ponto de partida, de encontro e de solidificação de suas habilidades e competências. Esta é a perspectiva da abordagem pedagógica que denominamos de “educação intercultural”. O estudo teve como objetivo analisar a postura e entendimento dos professores que são parte do Sistema de Ensino Público da cidade de Parnamirim-PE.

A metodologia utilizada na pesquisa apresenta o caráter qualitativo de cunho bibliográfico, com observação participante e entrevistas estruturadoras e aplicadas na Escola Municipal Centro Educacional Parnamirim Centenário, que atende crianças no ciclo de alfabetização, entre 6 e 8 anos de idade. O método de procedimento e coleta de dados se deu por meio de reuniões presenciais e aplicação de questionário no mês de setembro de 2018.

Abordagens Sociais à Educação e ao Ensino Intercultural - Uma Ideia Nova?

Miguel Melo (2005) ao fazer um estudo etnográfico, entre novembro de 2003 a março de 2004, em sete comunidades de imigrantes de descendência cultural e linguística alemã no Rio Grande do Sul, assevera que a abordagem teórica que hoje denomina-se Pedagogia Intercultural ou Educação Intercultural foi estabelecida como disciplina nos currículos escolares e universitários dos países europeus nos últimos anos do século XX, principalmente, enquanto resultado da migração de trabalhadores de distintos Estados para Europa - Estados Unidos, Canadá, Austrália e África do Sul - no pós-segunda guerra, ou seja, a partir da segunda metade do século XX. Por conseguinte, o referido autor acrescenta que o desenvolvimento e aprimoramento teórico da educação intercultural foi motivada fundamentalmente por distintos movimentos migratórios, que trouxeram consigo novos problemas sociais e a necessidade de se debater a multiculturalidade emergente e entrelaçada nas interações sociais destas sociedades.

Deste modo, esta nova onda de migração de trabalhadores dentro do velho continente Europeu, bem como dos países de língua anglo-saxônica no novo mundo, fez emergir complexas e acirradas discussões ideológicas em torno da migração e da inclusão destes imigrantes aos Estados receptores. Assim, a educação intercultural espraia-se a partir do resultado das interações sociais que foram desencadeadas, por um lado, pelo fim da segunda guerra; e, por outro lado, pela integração econômica global, a qual vem remontando

reassignificando os cenários sociais, como por exemplo, o crescimento de redes comunicativas (meios de transporte, mídia, trabalho e educação). Por fim, acrescenta-se que em virtude das condições sociais muito diferentes e unificação cada vez mais latente do mercado mundial, observa-se a emergente necessidade de se criar novas condições sociais capazes e hábeis para inserir estes sujeitos – descendentes da migração internacional – na sociedade que os recebeu e que deles se reergueram, ou seja, a educação intercultural seria o sustentáculo para a promoção de uma existência segura e digna que venha a se contrapor as perspectivas xenofóbicas de aversão ao Outro, que culturalmente foi sendo lentamente estigmatizado e rotulado de estranho.

Neste sentido, Miguel Melo (2005)⁵ acrescenta que a perspectiva orientadora da Educação Intercultural é movida pela certeza da ideia de que a hodierna sociedade internacional é multicultural e, por conseguinte, é baseada em dois princípios: o princípio da igualdade e o princípio do reconhecimento. Estes dois princípios também são o alicerce da educação intercultural, uma vez que é a partir do reconhecimento da interculturalidade permeada pela primazia da diversidade social que se reconhece e se valoriza os indivíduos enquanto sujeitos repletos de valores, formas, conteúdos, saberes e conjunturas culturais relevantes para a identidade de um todo complexo social. Por conseguinte, acrescenta-se que são estas diversificadas formas e conteúdos humanos que permitem que os membros de um agrupamento social, denominado de minoria, venha a se reconhecer e se diferenciar dos Outros agrupamentos sociais.

Assim, percebe-se que o motivo-motor da educação intercultural emerge não apenas de uma situação específica, mas de situações diversas, as quais agem e contrapõem-se ao dicotômico esquema funcional “interno/externo”, “eles/ nós”, “minoridade/ maioria” entre outras formas dicotômicas de vida estabelecidas socialmente, e que culturalmente foram responsáveis pela exclusão e violações a grupos vulneráveis no cotidiano, também, escolar. Acrescenta-se que, estes mecanismos separatistas que promovedores da exclusão e/ou da perseguição pela manutenção de sujeitos diferentes à distância, não funciona mais, tendo em vista que a desalienação se torna onipresente na sociedade contemporânea.

Corroborando com esta perspectiva, Zigmund Bauman salienta que o estranho não mais se enquadra na ambivalência interior, de “sujeito indecível” (1996, p. 76), uma vez que os sujeitos contemporâneos não mais se deixam calar pela opressão, dominação, dor e coação. Assim, acrescenta Bauman ao acentuar que “o estranho está fisicamente perto de nós enquanto

⁵ MELO, Miguel. *Deutschsprachige Einwanderung im Rio Grande do Sul*. Integration, Sprache und kulturelle Identität im Spannungsfeld von Politik und Schulwesen. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universität Hamburg, Hamburg, 2005

permanece mentalmente distante" (BAUMAN, 1999, p. 82). Se, de acordo com Bauman, antes era possível atribuir lugares sociais diferenciados “aos poucos estranhos que coabitavam nossas territorialidades, hoje isso não é mais possível, uma vez que a relação de participação e pertencimento do todo em relação aos Outros (estrangeiros) na sociedade de imigração é, indiscutível” (BAUMAN, 1999, p. 84)⁶. Seguindo este diapasão sociológico, Georg Simmel (1992)⁷ ao fazer considerações sobre a categoria do "estranho" sugere que a “migração e a globalização de hoje estão nos forçando a lidar com a estranheza” e com o Outro. (SIMMEL, 1992). Hoje os migrantes correspondem a essa definição:

O estranho está perto de nós, na medida em que sentimos a igualdade de natureza nacional ou social, profissional ou geralmente humana entre ele e nós; ele está longe de nós, na medida em que essas igualdades se estendem além dele e de nós e só nos conectam a ambos, porque são muito em comum. (SIMMEL, 1992, p.13).

A partir do diálogo proposto acima, entre as contribuições de Bauman (1999) e Simmel (1992), pode-se avaliar que a pedagogia intercultural, por um lado, não se refere apenas as culturas que são consideradas enquanto entidades independentes, as quais permeariam implicações socio-jurídicas muito problemáticas, pelo contrário, ela (educação intercultural) teria como um de seus objetivos a fomentação do compreender as interculturais existentes e partes de nosso cotidiano; por outro lado, a educação pedagógica intercultural, tem como condição de existência a promoção da educação pelo treinamento de que é possível aprender com o Outro, uma vez que é socialmente que formamos nossas atitudes, conhecimentos e habilidades; e é através do conhecimento que se torna possível igualar as desvantagens estruturais edificadas pelo homem contra o homem em sociedade. Assim, a sensibilidade a possíveis diferenças e a capacidade de mudar através da educação as perspectivas e práticas socialmente aprendidas, é o objeto motor da educação intercultural.

É dada prioridade à promoção da igualdade de direitos e oportunidades sociais, independentemente da sua origem e da atitude de aceitação, respeito pela Diferença e/ou Diferenças. Essas atitudes são indispensáveis para a capacidade de diálogo intercultural, uma vez que este requer a capacidade de compreensão da interculturalidade. A compreensão e o diálogo são os outros objetivos abrangentes da educação intercultural. A compreensão diferirá

⁶ BAUMAN, Z. **Unbehagen in der Postmoderne**. Hamburg: Hamburger Verlag, 1999.

⁷ SIMMEL, Georg. Exkurs über den Fremden. Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Berlin: Duncker & Humblot, S. 509-512, 1908 *APUD*. SIMMEL, Georg. Exkurs über den Fremden. In: LOCKE, A. (Hrsg.). **Der Gast, der bleibt**. Dimensionen von Georg Simmels Analyse des Fremdseins. Frankfurt am Main: Frankfurter Verlag, 1992.

do diálogo, na medida em que lida com reivindicações contestadas de validade, enquanto a princípio seu significado e significado são abertos.

A Educação Pública sob uma Ótica da Interculturalidade

Com fulcro na a Lei anterior de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996 podemos destacar a importância de se conhecer o Outro, sua cultura, seu pensamento, sua memória e sua identidade, uma vez que:

Art. 26-A – Os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008, p. 1).

Corroborando com esta citação, faz-se salientar que o termo Currículo Intercultural assume papel relevante neste estudo. Partimos do entendimento que o Currículo, não é algo dado ou estático, mas sim “[...] um contínuo jogo de forças [...]” (BHABHA, 1998, p. 74). O que permite entender que não basta pensar o Currículo de forma genérica, daí a necessidade de vinculá-lo à expressão “Intercultural” como uma marcação política de contraposição ao Currículo tradicional e monocultural: “[...] um instrumento, um espaço, um campo de produção e criação de significados, no qual se fazem presentes os interesses das camadas sociais”. (MOREIRA, 1997, p. 23).

Interesses materializados na implantação da Lei 11.645/2008, o que permite afirmar que o Currículo é mais Intercultural do que nunca, pois enquanto um lugar dinâmico de luta e disputa por representações, por “documentos de identidade” (SILVA, 2003. p, 156), por meio dos qual o aluno de comunidade tradicional, além de estar acompanhando o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada em 17 de dezembro de 2017, que vislumbra um currículo comum a todos os brasileiros, este estudante terá como garantia de efetivação de direitos um currículo moldado de acordo com suas crenças e raízes culturais. A este respeito assevera José Pacheco (2005) que pensemos o Outro e as Diferenças de modo diferente, ou seja:

Pesem as diferentes perspectivas e os diversos dualismos, currículo define-se como um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo e abarca várias dimensões, implicando unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide em nível de plano normativo, ou oficial, e em nível de plano real, ou do processo de ensino-aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resultada interação e confluência de várias estruturas (políticas/ administrativas, econômicas culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas. (PACHECO. 2005, p.37).

Compreendemos o Currículo Intercultural como uma narrativa de conceito, que numa visão crítica, propositiva e inclusiva explicita preocupações com a diferença e problematiza o jogo da diversidade, onde cada um ocupa seu espaço e tem seus direitos garantidos.

Neste pensamento, a escola apresenta-se como um espaço de desconstrução desta forma de entendimento da história. É preciso que eduquemos as crianças de hoje, para serem adultos convictos da sua identidade e do seu papel social de cidadão. Pensar a educação como possibilidade de transformação mundial, social e pessoal do cidadão é lutar por um modelo de ensino que vislumbre, além do conhecimento científico curricular, os paradigmas de cada aluno como ser individual e dotado de uma cultura específica, que necessita de maior valorização nas matrizes curriculares e na prática escolar de algumas instituições de ensino.

Falar de educação sob uma ótica intercultural é desconstruir da ideia de formação de um cidadão perfeito, criado e instruído a ser exatamente como solicita a ideologia da maioria de determinada sociedade. Mas, antes de iniciarmos o discurso em torno da temática. Torna-se necessário o esclarecimento de alguns conceitos imprescindíveis ao entendimento do assunto. Então, define-se – Cultura, assimilacionismo, multiculturalismo e multiculturalidade, interculturalismo e interculturalidade – visto que é sobre esses que se desenvolverá o discurso e reflexão desta temática tão importante e necessária dentro dos espaços escolares. (CANDAU, 2011).

A noção de cultura tem sido objeto de curiosidade por parte das sociedades, tanto no passado como no presente. Já na Antiguidade, grandes filósofos como Platão e Aristóteles ou historiadores como Heródoto procuraram descobrir o motivo pelo qual os povos se comportam de formas diferentes e têm hábitos e crenças que variam não apenas de uma nação para outra, mas também dentro da mesma nação, de uma região para outra e de uma sociedade para outra, já que esses hábitos e costumes específicos são construídos, em sua grande maioria, por interferências do meio social e cultural onde vive o sujeito. (CANDAU, 2011, p. 233). Para Ricardo Vieira (1996), o conceito de multiculturalidade e multiculturalismo são definidos da seguinte forma:

A palavra multiculturalidade tem um caráter descritivo, pois refere-se à presença de pessoas e grupos cujas práticas são diferentes do ponto de vista cultural. Assim sendo, todas as vilas e cidades do nosso país são multiculturais. Por sua vez, o multiculturalismo é uma palavra do âmbito político, porque se refere a uma das formas de gerir a diversidade cultural. Na perspectiva multiculturalista, adota-se uma visão conservadora da cultura e pode-se, inclusive, questionar a liberdade individual ou gerar efeitos claramente segregadores (VIEIRA 1996, p. 127).

Desta forma, entendemos a complexidade de ambos os conceitos e reiteramos a necessidade de adequação das práticas escolares e docentes a uma educação que vise o desenvolvimento pleno, integral e cultural dos seus alunos. Embora exista no Brasil um grande número de práticas culturais diferentes, o conceito de Multiculturalidade, vêm defendendo a predominância de uma única cultura; uma defesa que conserva o regime ditatorial, onde os sujeitos são meros receptores de ordens, em um sistema educacional arcaico e colonizador. Por conseguinte, corroborando com esta afirmativa, torna-se primordial observar a construção social do conceito de assimilacionismo, uma vez que este segundo Ricardo Vieira, apresenta a seguinte concepção:

O assimilacionismo é, juntamente com o multiculturalismo, outra forma de gerir as sociedades multiculturais ocidentais. Este modelo da prioridade à coesão social em detrimento do reconhecimento das diferenças individuais. Aqui, todos os alunos recebem uma cultura comum e igual para todos, um currículo comum no sentido de se construir uma única comunidade de cidadãos. Na nossa opinião é este modelo que prevalece em Portugal embora de forma matizada. (VIEIRA 1996, p. 147)

Uma educação igualitária não se trata de uma oferta de oportunidades iguais para todos, tendo em vista que no assimilacionismo o aluno deveria ser entendido em sua individualidade e valorizado como humano dotado de costumes, crenças e culturas. Esse modelo de educação ocidental, a muito tem se feito presente nos currículos e práticas dos nossos professores, no entanto muitos teóricos como Miguel Zabala (1992) defende a ideia de uma educação que se baseie nos valores e crenças democráticas, afirmando um pluralismo cultural.

Neste modelo educativo, a escola tem um papel assimilador ou compensatório, cuja finalidade é absorção das minorias pela maioria. Este tipo de educação predominou muito tempo na maioria dos países ocidentais, levando à perda de identidade, à marginalização ou à inadaptação das comunidades minoritárias ou dos indivíduos culturalmente diferentes. Assim, ao se expor a discussão de um currículo comum a todas as escolas do estado de Pernambuco, que fora finalizado em setembro do ano corrente na cidade de Gravatá, contata-se a defesa e a luta das comunidades e povos tradicionais à aquisição e garantia de um currículo diferenciado,

capaz de lhes possibilitar conhecimento e valorização das suas raízes culturais; estas comunidades e povos necessitam de um ensino de qualidade, que esteja alinhado ao currículo do estado e da federação, sim, mas que mais que isso, esse documento de alinhamento curricular, tenha em si os ajustes necessários para que cada comunidade reitere suas práticas culturais e sociais.

A Educação Intercultural. O que é isso?

A educação intercultural começa quando o professor regente em docência guia o discente na descoberta de si próprio e os ajuda a colocar-se no lugar do outro e entender as suas reações. De fato este, é o grande desafio da Escola neste século. Pois esse modelo de educação trabalha além do alinhamento cultural, a postura e conjuntura social de cada aluno, seu papel na sociedade e temas relevantes para sua atuação nas questões sociais e individuais próprias das pessoas. (CANDAUI, 2010. p, 284)

Assim, entende-se por educação intercultural, o processo de aceitação e postura de identidade pessoal e social do aluno. Como foi referido anteriormente, pensar sobre educação intercultural é refletir sobre a cultura, a diversidade, sobre a integração. Esta expressão é bastante abrangente, visto que existem diversas concepções e teorias em torno do significado de cultura. Assim, também pode ser ambíguo o entendimento da Educação Intercultural por parte dos profissionais da educação. Por este motivo entendemos como necessidade urgente, a melhor e mais direcionada formação dos profissionais da educação, para que entendam e ponham em prática esse processo. Para melhor entendermos a funcionalidade de uma educação intercultural, citaremos Tereza Salles (1994), quando argumenta que:

Pode-se definir como um “método de ensino e aprendizagem baseado num conjunto de valores e crenças democrático e, que procura fomentar o pluralismo cultural no seio das sociedades culturalmente diversas num mundo interdependente. Preconiza um modelo educativo que propicie o enriquecimento cultural dos cidadãos, partindo do reconhecimento e do respeito pela diversidade, através do diálogo e intercâmbio, na participação ativa e crítica para o desenvolvimento de uma sociedade democrática fundada na igualdade, tolerância e solidariedade. (SALLES, 1994. p, 46)

A oferta de um método pluralista de educação, integra a ideia de um espaço que oportunize a troca de ideia entre pessoas que residem em “mundos” iguais ou de culturalidade

diferenciada. Nesse espaço o cidadão reconhece, reconhece sua cultura para assim, conhecer e respeitar e valorizar o pluralismo cultural das sociedades. (BRASIL 1998)

Partindo desse pressuposto, enfatizamos a política pública de educação do estado de Pernambuco, que foi pioneiro desde o ano de 2010, na oferta de intercâmbios entre alunos do estado para outros estados e outros países. Nesse intercâmbio, denominado de “Ganhando o Mundo”, o discente tem a oportunidade de conhecer outras culturas e expandir a sua. Nessa participação ativa, e sob uma perspectiva intercultural, o aluno desenvolve-se e constrói uma sociedade democrática que tenha primordialmente o papel de primar pela igualdade e respeito mútuo.

Muito embora, se foi possível observar nas constatações advindas e proferidas por Ricardo Vieira (2011), a educação intercultural deveria ser dirigida a todos os grupos que formam a sociedade, uma vez que, como já vimos, esta é um processo educativo concreto cujo objetivo é fomentar valores como a igualdade e solidariedade. Acredita-se que com ela, possamos alcançar o respeito da diferença bem como um enriquecimento mútuo entre as culturas coexistentes e aspira-se a que todos os alunos desenvolvem uma competência cultural que facilite a convivência numa sociedade multicultural.

A Escola e a Interculturalidade

Para atender à pluralidade cultural necessária, a Escola deve desenvolver uma competência plurilíngüe (para que índios e quilombolas tenham acesso ao ensino da língua oficial do Brasil, e também da sua língua de raiz) e pluricultural (para que ambos conheçam, identifiquem e valorizem a cultura do outro). (SEKI, 2011.). Assim os nossos alunos poderão adquirir conhecimento e desenvolver as ferramentas necessárias para alcançar o entendimento em sociedade. Corroborando com esta perspectiva, Luíza Alonso (2002) assegura que a função da escola nesse processo, deveria, antes de tudo estar atrelada aos distintos processos de interação social que se dão pela dinâmica das sociedades, uma vez que:

A sociedade e a escola centram-se num processo de participação dialógica, graças ao qual se alcança a universalidade de uns valores mínimos através da comunicação. Por isso, considera-se que a Escola é um meio privilegiado para desenvolver o conceito chave de comunidade democrática e intelectual, convertendo-se num modelo organizativo (ALONSO, 2002. p, 44).

Neste diálogo cultural entre as sociedades, discute-se a defesa de valores fundamentais a vida e convivência humana; a escola é tida como espaço de desconstrução de tabus e preconceitos e vista como espaço privilegiado de construção de identidade cultural e democrática. Pois, pensar uma sociedade organizada não é necessariamente enxergar uma comunidade hierarquizada e de padrão ocidental. Temos como exemplos comunidade indígenas, que não possuem grande hierarquia de poderes, mas que vivem de forma respeitosa e organizada. (ALONSO, 2002).

Se a escola está formada por pessoas, recursos, etc. que têm propriedades e na hora de pôr em prática o modelo intercultural enfrenta uma série de obstáculos e problemas de ordem administrativa, técnica, logística que exercem pressão ou não aceitação, por um lado. Por outro lado, há os professores que têm uma formação acadêmica que, muitas vezes, não questionam, há os encarregados de educação que têm um papel muito inconstante e há uma maioria de alunos que se vê obrigada a interagir em aulas nas quais não vê mais utilidade que aprender a sobreviver no sistema. (ALONSO, 2006).

Currículo Educacional na Perspectiva de uma Pedagogia Intercultural

O currículo escolar é mais que um documento burocrático de construção obrigatória pelos sistemas e unidades de ensino, é uma conquista sociocultural e histórica situada no tempo e no espaço, por isso, diferentes pensamentos e discussões sobre o currículo são produzidos em tempo e espaço diversificados. O currículo significa projeção intencional de práticas, postura e avaliação, indo além da mediação de um conjunto de conteúdos, valores e habilidades a serem ensinados. Constitui-se num espaço de relações de poder, campo de contestação, de conflitos e em permanente redefinição, uma vez que se configura em inter-relações entre saber, poder e identidade, isto é, por não ser neutro, o currículo prende-se precisamente com o que se deseja formar ou conformar.

Dito de outra forma, salientamos a necessidade de construção de um currículo que estabeleça relações com o público (alunos e comunidade escolar) que o vivenciará. Dado o entendimento do termo currículo, qualquer definição fechada traz em si conotação reducionista. Entretanto, sem a intenção de restringir o conceito, mas no sentido de situarmos politicamente e levando em consideração o contexto escolar, social e familiar, acolhemos a ideia do currículo, na acepção apontada por José Pacheco (2005), isto é, para o autor “um projeto com itinerários de formação; é um projeto cultural com identidades no tempo histórico

e no espaço social da sua construção; é um projeto ideológico que ocorre no contexto de uma dada organização”. Sendo assim, tomando como base estas ideias, o currículo nos apresenta a concepção de um projeto formativo, compartilhado entre vários vieses e de responsabilidades e poderes partilhados (PACHECO, 2005; MORGADO, 2005).

Neste sentido, Luís Rigal (2000) acrescenta que o currículo deve ser entendido como uma:

[...] síntese de elementos culturais (conhecimentos, valores, costumes, crenças, hábitos) que estabelecem uma proposta político-educativa destinada a gerar significado e sentido para a vida social impulsionada por diversos grupos e setores sociais cujos interesses são diversos e contraditórios, ainda que alguns tendam a ser dominantes ou hegemônicos e outros tendam a opor-se a tal dominação ou hegemonia; chega-se a essa síntese por meio de diversos mecanismos de negociação e imposição social. (RIGAL, 2000, p. 190).

O autor apresenta um conceito de currículo como uma decisão política, que a partir do momento que é construída de forma coletiva, a possibilidade de ser significativo é sempre maior. Pois nesta construção a muitas mãos, cada região, cada comunidade poderá acrescentar o que acha necessário e conveniente para o currículo de sua escola e para a vida dos seus alunos. Este documento tão importante para o processo de ensino aprendizagem, precisa ser entendido como o caminho político-educacional para uma educação livre, libertadora e participativa. (RIGAL, 2000). Fato importante é perceber que o currículo constitui-se como elemento balizador da perspectiva intercultural crítica nas instituições escolares por estar intrinsecamente vinculado aos percursos formativos dos alunos.

Da Metodologia aos Resultados e Discussões da Pesquisa

A pesquisa teve como fundamento a utilização da abordagem qualitativa, uma vez que esta permite a possibilidade de interação entre outros métodos e procedimentos e intervenções de pesquisa, a saber: revisão bibliográfica, observação participante e entrevistas estruturadas que foram aplicadas na Escola Municipal Centro Educacional Parnamirim Centenário, que atende crianças no ciclo de alfabetização, entre 6 e 8 anos de idade. O método de procedimento e coleta de dados se deu por meio de reuniões presenciais e aplicação de questionário no mês de setembro de 2018.

Essa abordagem qualitativa possui algumas características básicas, como nos ensina Arilda Godoy (1995), ao apontar que o estudo empírico deve ser realizado no seu ambiente

natural, pois os fatos sociais têm que ser observados e analisados inseridos no contexto ao qual pertencem, através de contato direto, desempenhando o pesquisador um papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados. Com o intuito de reafirmarmos nossa investigação, elegemos também como instrumento de coleta de dados, a observação participante que se deu a partir de encontros presenciais e participativos na escola visitada.

De modo que assim, se foi possível a aplicação dos questionários a serem respondidos pelos professores (docentes) em regência da Escola Municipal Centro Educacional Parnamirim Centenário e das entrevistas presenciais, realizadas durante a noite em reuniões com os professores. Por conseguinte, se foi feita da abordagem de pesquisa exploratória, uma vez que esta é uma técnica de investigação que possibilita o conhecimento de opiniões, crenças, interesses e expectativas dos sujeitos, além de evidenciar e facilitar a construção de perfis pelo pesquisador em relação aos seus colaboradores, tendo como foco a sua formação, experiências exitosas no que concerne a oferta de uma educação intercultural, até mesmo nos depoimentos que apresentaram a inexistência de tal proposta e a carência em algumas repartições de ensino.

O critério de seleção utilizado foi: levantamento de demanda de disciplina ou conteúdos específicos que garantissem o direito ao aluno negro, ou de pertencimento indígena, já que em nosso município não temos comunidades tradicionais. Além da aplicação dos questionários, foram realizados encontros nas unidades de ensino. Como se trata de um tema desconhecido por grande parte dos docentes, utilizamos projeção de slide para explicar um pouco do tema e de sua importância no currículo e nas práticas de sala de aula.

Para manter o nome dos professores participantes em sigilo, os mesmos receberam codinomes de P1 e P1, que serão expostos nas discussões. Os professores correspondiam entre a faixa etária de 30 a 51 anos de idade, um do sexo masculino e o segundo do sexo feminino. Os pesquisadores utilizaram os questionários como fonte imparcial e necessária ao estudo das situações curriculares, no diz respeito à oferta de educação para todos. Após a realização da pesquisa, os questionários foram submetidos a análise, a luz a teoria de Luíza Alonso (2006), pelos pesquisadores, que por fim, selecionaram os pontos mais relevantes para que assim fosse possível o levantamento de hipóteses que subjugassem a postura, pensamento e resposta dos professores entrevistados, visto que, por meio das respostas podemos entender o motivo pelo qual as escolas não orientam os professores a desenvolverem um trabalho voltado para cada aluno, independentemente de sua cor de pele, religião, sexo ou meio social em que esteja inserido.

A Educação Intercultural na voz dos Professores da Escola Municipal do Centro

Educacional Parnamirim Centenário

Iniciamos o nosso trabalho na Escola Centro Educacional, acompanhando professores de 2º e 3º anos, que gerenciam sala de aula com alunos de 7 e 8 anos de idade. A primeira reunião com os educadores foi o primeiro contato com a escola, em que colocamos o interesse de realização da pesquisa de campo, além da relevância de participar da discussão de um tema tão necessário as vivências de sala de aula. Pudemos nos apresentar e explicar nossa atuação como pesquisadores. Pelo que colhemos nas entrevistas realizadas nesta escola, pudemos entender o quão o professor está despreparado para tal mudança e discussão. Conforme nos expõe o professor P1:

(...) é fato que não entendíamos como tão necessária a discussão de questões culturais nos anos iniciais do ensino fundamental. Nosso currículo é adaptado, todos os anos, sempre nos atentamos muito mais as questões de desenvolvimento cognitivo e motor e apropriação do sistema alfabético de escrita, mas nunca pensamos em desenvolver e instigar no aluno o prazer em conhecer-se e conhecer suas origens culturais (PROFESSOR P1).

Podemos assim afirmar que ainda existe uma ideologia errônea de que as questões culturais não têm relevância para a formação de um cidadão de bem. Mas, o que seria um cidadão de bem? Não seria este, um ser de empoderamento social e cultural, já que entendemos como necessário esse conhecimento de mundo e também do seu pequeno mundo, que muitas vezes está fixado na família e na comunidade em que vive. Fala-se da importância de realizar atividades de cunho cultural em sala de aula, assim como a possibilidade de analogias, o trabalho científico interligado às questões culturais. Sobre a presença de atividades que contemplem a cultura negra e indígena.

Sobre isto o professor P2 nos afirma o seguinte:

Para ser sincera, as ações inerentes a esta cultura, que agora vejo como muito importante para nossos filhos e alunos são retratadas na escola somente como data comemorativa e em momentos muito marcados. A coordenação nos entrega projetos prontos para a vivência em abril e em novembro de cada ano. Depois que os projetos passam ninguém mais fala sobre negro, indígena e suas determinadas culturas. (PROFESSOR P2).

Os entrevistados não acreditam que seja possível defender a ideia de uma educação igualitária a todos se as ações que predominam na escola são terminantemente ações que retrataram uma educação colonial europeia, onde o branco crescia e o negro só servia. Uma educação de igualdade precisa oferecer o mesmo tempo/espço para discussão das

contribuições de ambas as raças para o crescimento do país. Não podemos continuar levando para as salas de aula, a ideia de que o negro foi apenas escravo, e de que o índio foi e continua sendo vítima do processo de colonização do Brasil.

Faz-se necessário apresentarmos as figuras indígenas e quilombolas de matrizes africanas, como o povo que ergueu um país no braço, que trabalhou duro para que cada alicerce fosse construído, e que agora são estereotipados por uma sociedade predominantemente europeia.

Na segunda visita à escola, tivemos a oportunidade de acesso ao Projeto Político Pedagógico e propostas curriculares, o que muito nos surpreendeu foi a ausência de obrigatoriedade do ensino das culturas africanas e indígenas nas salas de aula de ensino regular. Para melhor entendermos, tomaremos como base mais um depoimento do professor P2, quando no questionário fora indagado sobre as propostas curriculares realizadas pelas escolas em acessão a cultura afro-brasileira, indígena e quilombola.

Assim nos afirmou o professor P2:

Bem, no ano de 2016 tínhamos no currículo da escola uma disciplina intitulada de História e Cultura afro-brasileira e indígena. Neste ano desenvolvíamos ações relacionadas ao papel do negro e do índio na história, suas raízes, cultura e costumes. Mas no ano de 2017, a secretaria municipal de educação reformulou a matriz curricular e retirou tal disciplina, o que nos levou a trabalhar determinado assunto, nas aulas de história geral, o que fazemos até os dias de hoje. (PROFESSOR P2).

Tomando como base o discurso do professor mencionado acima, conseguimos compreender que, mesmo que exista obrigatoriedade legal do ensino da história afro-brasileira e indígena, muitos sistemas de ensino, dentro das suas adaptações curriculares não conseguem garantir que essa oferta chegue até as salas de aula. Outro ponto que vale salientar é que nas escolas do município de Parnamirim, a cultura negra e indígena é vivenciada no dia do índio e no dia da consciência negra, como se as figuras negras e indígenas só pudessem ser lembradas em datas comemorativas.

O que está preconizado na Lei 11.645/2008 é a obrigatoriedade de oferta; cabe então aos municípios e sistemas de ensino, à organização curricular e funcional das suas unidades escolares para fazer valer na prática o que está disposto em lei. Nesta análise foi possível constatar, a inexistência de oportunidade e oferta de educação igualitária, mas num viés diversificado para todos. No espaço escolar, a cultura e método europeus ainda estão entrelaçados aos currículos e projetos pedagógicos escolares.

Considerações Finais

Apresentamos aqui nossos achados referentes a pesquisa de campo, entrelaçando-os com a revisão bibliográfica, sobre a necessidade de aprimoramento do currículo do Sistema Municipal de ensino de Parnamirim-PE. Compreendemos, por meio dos relatos dos entrevistados, que o município é carente de política pública de incentivo à educação multi ou intercultural, é carente também no que concerne à postura e formação do professor para atuação em sala de aula.

Pudemos constatar que o currículo escolar da Escola Centro Educacional Parnamirim Centenário, tem alinhamento direto a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, mas de numa forma prioriza o trabalho transversal, intra ou interdisciplinar da história e da cultura negra, quilombola ou indígena.

Isso emerge da necessidade de repensar os currículos das escolas. Modelos que foram construídos dentro de uma lógica que desconsiderava a cultura não oficial e marginalizava tudo que não tivesse origem nos processos de dominação ou servissem para legitimar esse domínio.

As hipóteses levantadas sobre a má qualidade da formação do professor e a inexistência de oferta contínua de uma educação plural, se concretizam nos depoimentos, quando os professores nos afirmam que “essas” culturas ou movimentos culturais somente são trabalhadas na escola em momento festivos e com data determinada pelo calendário escolar.

Contudo, vale salientar que existem possibilidades de mudanças e necessidade urgente de adequação e melhoramento dos currículos deste município, afim de garantir ao aluno negro e de pertencimento indígena um espaço digno e privilegiado na história.

Referências

ALONSO, Luisa (2002). "**Contributos para a fundamentação de um currículo integrado**". In Actas do 5º Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – O Particular e o Global no Virar do Milénio. Cruzar Saberes em Educação

ALONSO, Luísa, ROLDÃO, M Céu e VIEIRA, Flávia (2006) "**Construir a competência de aprender a aprender: Percurso de um projeto**".

BAUMAN, Z. **Unbehagen in der Postmoderne**. Hamburg: Hamburger Verlag, 1999.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. **Lei nº. 11.645/2008. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso 13/08/2018.

_____. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – **Diretrizes para Educação Básica Estadual**. Gravatá, 2018.

_____. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – **Diretrizes para Educação Básica Estadual**. Gravatá, 2018.

_____. MEC, (1998). **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC / SEF.

_____. **Pluralidade Cultural**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, V. M. **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 284 p

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 233-255, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995.

MACIEL. Regimere. **O Racismo, multiculturalismo e ações afirmativas**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.

MELO, Miguel. **Deutschsprachige Einwanderung im Rio Grande do Sul**. Integration, Sprache und kulturelle Identität im Spannungsfeld von Politik und Schulwesen. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universität Hamburg, Hamburg, 2005.

MOREIRA, Antônio F. e SILVA, Tomaz Tadeu. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. In. MOREIRA, Antônio F. e SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1995. PACHECO, José Augusto. Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.

MORGADO, José Carlos. Currículo e Profissionalidade Docente. Porto: Porto Editora, 2005.

PACHECO, José Augusto. Estudos **Curriculares: para uma compreensão crítica da educação**. Porto: Porto Editora, 2005.

_____. et al. (1996). **O impacto da reforma curricular no pensamento e na ação do professor**. Relatório de investigação. Braga: Universidade do Minho.

RIGAL, Luís. **A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI**. In: IMBERNÓN, Francisco (Org.). A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: ANPOCS, Rev. Bras. de Ciências Sociais (25), 1994.

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp27art11.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

SIMMEL, Georg. Exkurs über den Fremden. Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Berlin: Duncker & Humblot, S. 509-512, 1908 *APUD*. SIMMEL, Georg. Exkurs über den Fremden. In: LOCKE, A. (Hrsg.). **Der Gast, der bleibt**. Dimensionen von Georg Simmels Analyse des Fremdseins. Frankfurt am Main: Frankfurter Verlag, 1992.

SILVA, Maria José Albuquerque, BRANDIM, Maria Rejane Lima, **Multiculturalismo e Educação: em defesa da diversidade cultural**. Diversa. Ano1, n

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

VIEIRA, Ricardo. (1996) **Mentalidade, Escola e Pedagogia Intercultural**. **Revista de Educação, Sociedade e Culturas**, 4, 127 – 147. VII Colóquio sobre Questões Curriculares/ III Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares: Globalização e (Dês)igualdad es: os desafios curriculares. 9-11 de Fev, Universidade do Minho, Braga. (no prelo).

ZABALA, Miguel A. (1992). **Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola**. Porto: Edições ASA.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

LISBOA, Emanuel Jackson; IFADIREÓ, Miguel Melo; ALBUQUERQUE FILHO, José Antônio de; SOUSA, Maria do Socorro Cordeiro de. Educação Intercultural e Integração Social: Uma Proposta Pedagógica para a Docência no Sistema de Ensino da Cidade de Parnamirim/PE. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2018, Supl 1, vol.12, n.42, p. 340-352. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 29/11/2018;

Aceito: 30/11/2018